



187
14

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0184038-6/01

Agravantes: Mizael Bezerra Ferreira e Outros

Agravados: Estado de Pernambuco e Outro

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DISCREPÂNCIA ENTRE OS JULGADOS. INEXISTÊNCIA. DIFERENÇA DA GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE TRANSPORTE. PERÍODO POSTERIOR A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI 12.476/03. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO AO REGIME JURÍDICO REMUNERATÓRIO. PRECEDENTES DO STF. RECURSO REPETITIVO. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO: UNÂNIME. 1. A apontada discrepância entre a decisão terminativa lançada no apelo em apenso com o entendimento deste Tribunal local, inexistente. Os arestos colacionados pelos agravantes não se identificam com o caso ora postulado. Naqueles ementários os autores perseguem o pagamento da diferença da gratificação em comento relativamente a período anterior à modificação trazida pela lei nº 12.476/03, o que não ocorre na presente demanda, visto que pretendem receber a dita diferença de julho de 2004 a dezembro de 2007, com incidência sobre férias e 13º salários. 2. Com a edição da Lei nº 12.476/03 a Administração Pública transformou a gratificação perseguida pelos recorrentes em parcela autônoma, garantindo, inclusive, a manutenção do valor salarial no mesmo patamar, ou seja, não restou caracterizada a redução dos vencimentos. 3. O Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 563965/RN, tratou da matéria relativa à estabilidade financeira reafirmando não ter o servidor público direito adquirido à forma de cálculo da remuneração, desde que seja assegurado o princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos. 4. Obstar a incidência da lei nº 12.476/03 nos termos alegados na exordial, se restasse devidamente provado o dano financeiro suportado pelos agravantes, o que incorreu nos presentes autos. O servidor público somente pode guerrear contra lei que modifique o regime jurídico remuneratório quando este lhe trouxer evidente prejuízo em seus vencimentos ou proventos, uma vez que configurar-se-ia violação aos princípios constitucionais do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da irredutibilidade salarial. Recurso de Agravo improvido. Decisão Unânime.

5714
-R-
03 - RA-0184038-6/01



188 E

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 0184038-6/01 acima mencionados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, na sessão do dia ____/____/____, à unanimidade de votos, negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 20 de 05 de 2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



189 16

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0184038-6/01
Agravantes: Mizael Bezerra Ferreira e Outros
Agravados: Estado de Pernambuco e Outro

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de agravo interposto contra os termos da decisão terminativa de minha relatoria, que negou seguimento ao recurso de apelação em apelo, interposto contra sentença que julgou improcedente o pedido posto na ação Ordinária Declaratória de Violação de Direitos Constitucionais e Legais c/c Pagamento de Diferença de Gratificação de Atividade de Transporte nº 001.2007.072183-2.

Em suas razões de fls. 02/08, em síntese, os agravantes alegam que insistem na modificação do julgado considerando que esta Corte de Justiça, inclusive, esta Oitava Câmara Cível, tem decidido favoravelmente ao pleito dos recorrentes, conforme acórdãos colacionados.

Aduzem que com a modificação introduzida pela Lei nº 12.476/03, que transformou a gratificação de atividade de transporte em parcela autônoma, inicialmente, antes do reajuste salarial, não houve defasagem do salário, no entanto, com o decorrer do tempo e os aumentos salariais posteriores, os agravantes sofreram reduções no valor que percebiam como gratificação, posto que deixaram de acompanhar os aumentos salariais recebidos pelos demais servidores.

Achando por bem não exercer o juízo de retratação, apresento nesta oportunidade o regimental para julgamento perante esta Egrégia 8ª Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, 20/05/2010.

José Ivo de Paula Guimarães
Relator



190 17

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 0184038-6/01
Agravantes: Mizael Bezerra Ferreira e Outros
Agravados: Estado de Pernambuco e Outro

VOTO

Analizando as argumentações apresentadas pelos agravantes no presente recurso de agravo, não as vejo como suficientes a ponto de modificar minha ótica de apreciação do apelo em apenso.

Pretendem os agravantes a condenação dos recorridos no pagamento da diferença da gratificação de atividade de transporte, a partir de julho de 2004 a dezembro de 2007, bem como nas diferenças de férias e 13º salários.

De logc. afirmo que a apontada discrepância entre a decisão terminativa lançada no apelo em apenso com o entendimento deste Tribunal local, inexistente. Os arestos colacionados pelos agravantes não se identificam com o caso ora postulado. Naqueles ementários os autores perseguiram o pagamento da diferença da gratificação em comento relativamente a período anterior à modificação trazida pela lei nº 12.476/03, o que não ocorre na presente demanda, visto que pretendem receber a dita diferença de julho de 2004 a dezembro de 2007, com incidência sobre férias e 13º salários.

Com a edição da Lei nº 12.476/03 a Administração Pública transformou a gratificação perseguida pelos recorrentes em parcela autônoma, garantindo, inclusive, a manutenção do valor salarial no mesmo patamar, ou seja, não restou caracterizada a redução dos vencimentos.

Recentemente o Supremo Tribunal Federal ao apreciar o Recurso Extraordinário nº 563965/RN, tratou da matéria relativa à estabilidade financeira reafirmando não ter o servidor público direito adquirido à forma de cálculo da remuneração, desde que seja assegurado o princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos, conforme ementário seguinte:

"EMENTA: DIREITOS CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ESTABILIDADE FINANCEIRA. MODIFICAÇÃO DE FORMA DE CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO. OFENSA À GARANTIA CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DA REMUNERAÇÃO: AUSÊNCIA. JURISPRUDÊNCIA. LEI COMPLEMENTAR N. 203/2001 DO

03 - RA-0184038-6/01



192
17

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: CONSTITUCIONALIDADE. 1. O Supremo Tribunal Federal pacificou a sua jurisprudência sobre a constitucionalidade do instituto da estabilidade financeira e sobre a ausência de direito adquirido a regime jurídico. 2. Nesta linha, a Lei Complementar n. 203/2001, do Estado do Rio Grande do Norte, no ponto que alterou a forma de cálculo de gratificações e, conseqüentemente, a composição da remuneração de servidores públicos, não ofende a Constituição da República de 1988, por dar cumprimento ao princípio da irredutibilidade da remuneração. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento. RE 563965 / RN. 11.02.2009. Relatora Min. CARMEN LUCIA".

A ementa acima, restou reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como matéria de repercussão geral. Uma causa é provida de repercussão geral quando há interesse geral pelo seu desfecho, ou seja, interesse público e não somente dos envolvidos naquele litígio. No momento em que o julgamento daquele recurso deixar de afetar apenas as partes do processo, mas também uma gama de pessoas fora dele, despertando interesse público, tem aquela causa repercussão geral. Assim, pela perfeita adequação, deve o julgamento proferido pelo pleno do STJ ser aplicado em sua integralidade à hipótese presente.

Obstaria a incidência da lei nº 12.476/03 nos termos alegados na exordial, se restasse devidamente provado o decurso financeiro suportado pelos agravantes, o que incorreu nos presentes autos. O servidor público somente pode guerrear contra lei que modifique o regime jurídico remuneratório quando este lhe trazer evidente prejuízo em seus vencimentos ou proventos, uma vez que configurar-se-ia violação aos princípios constitucionais do direito adquirido, do ato jurídico perfeito e da irredutibilidade salarial.

Feltas estas considerações, voto no sentido de negar provimento ao presente agravo.

É como voto.

Recife, 20/01/2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator